



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª Câmara

1

Registro: 2020.0000082869

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação Cível nº 1008504-27.2018.8.26.0590, da Comarca de São Vicente, em que é apelante MF MARTINS MEROUÇO ME, é apelada MARIA SIMONE MATOS SANTOS (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram parcial provimento ao recurso, nos termos que constarão do acórdão. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores ANTONIO RIGOLIN (Presidente sem voto), FRANCISCO CASCONI E PAULO AYROSA.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2020.

Assinatura Eletrônica
ADILSON DE ARAUJO
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª Câmara

2

Apelação nº 1008504-27.2018.8.26.0590 (DIGITAL)

Comarca: São Vicente -6ª Vara Cível

Juiz (a): Artur Martinho de Oliveira Junior

Apelante: MF MARTINS MEROUÇO ME (ré)

Apelada: MARIA SIMONE MATOS SANTOS (autora)

Voto nº 30.249

APELAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. RÉ QUE SUSTENTA AUSÊNCIA DE CULPA NO EVENTO. ACERVO PROBATÓRIO QUE CONDUZ A JUÍZO SEGURO DA EXISTÊNCIA DE CULPA DO CONDUTOR DA RÉ. RECURSO NESTA PARTE IMPROVIDO. *Pelas provas produzidas, é possível constatar o acidente narrado na petição inicial ocorreu por culpa do condutor da ré. Testemunha presencial do acidente, perante a autoridade policial, bem como sob o crivo do contraditório, apontou que o condutor da ré desobedeceu o semáforo vermelho.*

APELAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. DANO MORAL CONFIGURADO. RÉ QUE SUSTENTA QUE O VALOR ARBITRADO DE R\$ 150.000,00 É EXCESSIVO. OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO REDUZIDA PARA R\$ 70.000,00. RECURSO NESTA PARTE PROVIDO. *De acordo com o art. 374, I, do diploma processual, independem de prova os fatos notórios; e esse preceito tem aplicação à espécie, dispensando a autora da prova de que experimentou lesão a direito com a morte repentina de sua mãe. Só a dor da perda do ente querido é o bastante para configurar o dano moral experimentado. A indenização por dano moral não pode ser fonte de enriquecimento de um, mas também não pode ser tão irrisória que não provoque qualquer esforço ao devedor para adimpli-lo. Nesse passo, configurado o dano moral, resta ao juízo perquirir qual a sua extensão, para então fixar o quantum indenizatório. No presente caso, considero que o valor arbitrado a título de dano moral deve ser reduzido para R\$ 70.000,00,*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª Câmara

3

por bem se amoldar à hipótese sub judice.

MARIA SIMONE MATOS SANTOS

ajuizou ação de reparação de danos materiais e moral em face de **MF MARTINS MEROU CO ME.**

O ilustre Magistrado *a quo*, por r. sentença de fls. 194/197, declarada às fls. 225, cujo relatório adoto, julgou parcialmente procedente a ação, para condenar a ré, apenas por dano moral ao pagamento à autora de indenização de R\$ 150.000,00, atualizados da prolação da sentença até o efetivo pagamento, mais juros de 1% ao mês, contados da citação, além de custas, despesas e honorários advocatícios arbitrados em 15% do valor da indenização atualizado.

Irresignada insurge-se a ré, com pedido de reforma, argumentando que, em audiência, foi proferida sentença que se baseou no depoimento de uma das testemunhas da apelante, confrontando-o com o que havia dito no processo de nº 1007943-42.2014.8.26.0590, da 4ª Vara Cível de São Vicente, onde foi firmado o acordo extrajudicial que resultou na extinção do processo. Não foram analisadas as questões relativas à culpa exclusiva da vítima, culpa concorrente e ausência de convivência entre vítima e demandante. Não houve observância ao quanto disposto no art. 489, §2º, IV, do CPC, na medida que não foram enfrentados os argumentos de defesa, limitando-se a condenação ao quanto disposto em acordo extrajudicial que resultou na extinção do processo. Os questionamentos formulados na audiência de instrução demonstram aparente prejulgamento do caso. Não cabem considerações sobre o mérito da causa durante a coleta dos depoimentos

em audiência. Analisando as posições do local dos fatos, conclui-se que caso tivesse o motorista do caminhão de fato atravessado no semáforo vermelho (desfavorável), a colisão de certo se daria logo na primeira pista, onde os carros vinham na direção do condutor, e não somente na segunda pista, no seu lado oposto. O preposto da apelante já havia cruzado 4 faixas, sem nenhuma colisão, tendo sido abalroado pela motocicleta nos instantes finais do cruzamento. Não há prova de que o veículo do apelante tenha ultrapassado sinal semafórico desfavorável e, ainda que o tenha feito, supondo que teria passado na transição do amarelo para o vermelho - , o fato teria ocorrido uma quadra (uma pista) antes do local do acidente, a determinar que a motocicleta teria tido tempo de cruzar antes do caminhão passar por onde ela estava, mas ela foi atingida imediatamente após o seu ingresso no cruzamento, atingindo a lateral traseira do caminhão, a fazer crer que iniciou sua marcha quando o caminhão já estava próximo. Não é crível que todos os veículos estivessem parados no semáforo, vendo o caminhão finalizar o cruzamento e somente a vítima teria “arrancado”, vindo a colidir com a lateral do caminhão. É o caso de culpa exclusiva da vítima ou culpa concorrente. Os documentos colacionados aos autos demonstram que a autora residia com os avós. O valor arbitrado no processo nº 100794-42.2014.8.26.0590 não pode servir de parâmetro para o presente caso. A indenização deve ser reduzida, pois arbitrada sem observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. A atribuição de juros de mora desde a data do evento, no caso em tela, representa verdadeira afronta à boa-fé. (fls. 229/257).

A autora apresentou contrarrrazões pugnando pela manutenção da sentença. Alega que resta precluso o direito do recorrente de arguir, em sede recursal, as alegadas omissões do *decisum* que deveriam ter sido matéria dos embargos de declaração, pelo que a preliminar suscitada deve ser rechaçada de pronto. A única “prova” capaz de suscitar dúvidas acerca da narrativa constante na petição inicial

e no acervo fático-probatório seria o depoimento da testemunha Enerson Nardes. Entretanto, a testemunha afirmou ser conhecido do dono da empresa proprietária do caminhão envolvido no acidente. Não se pode esperar que o Juiz, diante de um depoimento contraditório e com diversos indícios de inverdades, se furte de utilizar todos os meios postos a seu alcance com o fito de obter a verdade dos fatos, salientando-se, contudo, a necessidade de exposição dos motivos que formaram seu convencimento. Questionar a testemunha a fim de confirmar se a mesma estava de fato no dia e local do acidente ou ainda informar que as informações prestadas durante o depoimento podem ser verificadas juntos ao órgãos competentes, não denota qualquer pré julgamento, mas tão somente a busca pela verdade e a comprovação de que a prova testemunhal produzida poderá ser considerada. No Laudo de Perícia anexado pelo próprio apelante não há qualquer conclusão acerca da culpabilidade da vítima, ou ainda de que o veículo conduzido pelo preposto do apelante não atingia alta velocidade, inexistindo, em verdade, qualquer manifestação dos peritos acerca de tal questão. Por toda a narrativa e provas produzidas nos autos não há, de igual sorte, que se falar em reforma da sentença em razão de suposta desproporção do valor da indenização fixada (fls. 316/345).

É o relatório.

Sustenta a autora que, no dia 21/02/2014, sua mãe Sueli de Jesus Matos, faleceu após colisão de sua moto contra o caminhão de propriedade da empresa-ré na Rodovia dos Imigrantes, trecho urbano, no cruzamento com semáforo localizado na Rua General Hermes da Fonseca. Afirma a autora que o acidente ocorreu por culpa do condutor da ré, pois, após a abertura do sinal para a posição verde, a moto conduzida por sua mãe seguiu caminho no sentido São Vicente - São Paulo pela Rodovia dos Imigrantes, quando colidiu contra o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª Câmara

6

caminhão da empresa-ré conduzido por preposto desta e que descumpriu o dever de "pare" diante do sinal vermelho para este. Em razão da culpa do preposto da ré no acidente, ajuizou ação objetivando a condenação ao pagamento de indenização por dano material e moral.

Em sua defesa, a ré insistiu na ausência de responsabilidade pelo acidente, combatendo a ocorrência de danos materiais e, quanto a estes, asseverando, também, a ausência de prova dos rendimentos da falecida mãe da autora e até da dependência econômica desta àquela. Quanto ao dano moral, em razão da ausência de responsabilidade pelo acidente, bem como por afirmar que a autora não fora criada pela mãe e que, inclusive, residia em outro Estado, ausência de dano moral indenizável e, subsidiariamente, em caso de vencida esta questão, que a indenização deveria ser fixada com moderação.

Durante a instrução processual foram juntados aos autos o Termo de Homologação do Acordo entre a ré e o marido e outra filha da vítima Sueli, nos autos do Processo nº 1007943-42.2014.8.26.0590, da 4ª Vara Cível de São Vicente (fls. 126/127 e 148/155). Na referida ação foi proferida sentença, em 09/06/2016, julgando parcialmente procedente o pedido formulado, condenado a ré ao pagamento da quantia de R\$ 176.000,00, (R\$ 88.000,00 para cada autor), corrigida monetariamente a partir da sentença, com juros de mota de 1% ao mês desde o acidente. A ré foi condenada, ainda, ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários do patrono dos autores de 10% do valor da condenação (fls. 23/30). Em petição protocolada em 30/06/2016 as partes informaram que se compuseram amigavelmente e a ré se comprometeu a pagar a quantia de R\$ 154.000,00 (fls. 126/127).

Além disso, no extrato do Processo nº 0005914-36.2014.8.26.0590, da 3ª Vara Criminal, verifica-se que o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª Câmara

7

condutor da ré foi absolvido, por insuficiência de provas (fls. 137/145).

O Magistrado “a quo” observou na análise do desfecho das ações anteriores que não houve, no processo nº 1007943-42.2014, da 4ª Vara Cível de São Vicente, reconhecimento ou declaração de culpa da ora ré pelo acidente de trânsito narrado na petição inicial. Da mesma forma, o condutor do veículo que causou a morte da mãe da autora foi absolvido na ação criminal instaurada para apurar a prática de homicídio culposo (fls. 137/145). Sendo assim, decidiu que a produção da prova oral era necessária para o julgamento da ação. Antes, porém, determinou que fossem juntados aos autos eventuais depoimentos pessoais ou de testemunhas que tenham sido tomados no processo 1007943-42.2014.

Além disso, na audiência realizada em 28/08/2019, foram tomados os depoimentos das testemunhas indicadas pelos polos contendores.

Há nos autos Boletim de Ocorrência nº 483/2014, no qual o condutor do caminhão de propriedade da ré narrou que transitava pela Av. Hermes da Fonseca e ao cruzar a rodovia ainda no sinal amarelo foi colidido transversalmente pela condutora da motocicleta que vinha pela referida rodovia, sentido São Vicente/Cubatão (fls. 20/22). Constatou, ainda, que a testemunha Jackson de Moraes Santana afirmou que o motorista do caminhão avançou o sinal vermelho, momento em que a condutora da motocicleta veio a colidir transversalmente contra o caminhão.

Analisado o acervo probatório, verifico que a culpa do condutor do veículo da apelante ficou comprovada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª Câmara

8

Existe informação no Boletim de Ocorrência que a testemunha presencial do acidente, Jackson Moraes de Santana, no calor dos acontecimentos, apontou que o caminhão havia desrespeitado o semáforo vermelho.

Com efeito, sua declaração apenas perante a autoridade policial não possui força suficiente para imposição de culpa ao condutor da apelante. Todavia, foi ouvido sobre o acidente no processo cível nº 1007943-42.2014, ou seja, sob o crivo do contraditório, e manteve a mesma versão dos fatos.

De outro lado, a testemunha da ré, Enerson Nardes, forneceu, no processo nº 1007943-42.2014, bem como nestes autos, depoimento confuso, incapaz de colocar em dúvida os outros elementos de prova existentes. Aduziu que não viu a moto conduzida pela vítima e que estava prestando atenção no semáforo. Apenas ouviu o barulho da colisão, mas não pode afirmar que a vítima cruzou o sinal vermelho.

Não há falar em culpa exclusiva da vítima ou culpa concorrente. O caminhão conduzido por preposto da ré desobedeceu o sinal semaforico que lhe era desfavorável e esta foi a causa do acidente.

O dano moral está configurado. É oportuno lembrar que, para sua configuração, não é necessário que o agente tenha agido com dolo. Reportando-se à lição de ZANNONI, MARIA HELENA DINIZ aponta que o dano moral *"... é a dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima de evento danoso, pois estes estados de espírito constituem o conteúdo,*

ou melhor, a consequência do dano...". Além disso, *"...o direito não repara qualquer padecimento, dor ou aflição, mas aqueles que forem decorrentes da privação de um bem jurídico sobre o qual a vítima teria interesse reconhecido juridicamente..."* ("Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil", Ed. Saraiva, 18ª ed., 7ºv., c.3.1, p. 92).

GABRIEL STIGLITZ e CARLOS ECHEVESTI ensinam que, ao contrário do que ocorre com o dano material, a alteração desvaliosa do bem-estar psicofísico do indivíduo deve apresentar certa magnitude para ser reconhecida como prejuízo moral. Um mal-estar trivial, de escassa importância, próprio do risco cotidiano da convivência ou da atividade que o indivíduo desenvolva, nunca configurarão ("Responsabilidade Civil", pág. 243).

Na lição do ilustre Desembargador carioca SÉRGIO CAVALIERI FILHO, se o dano moral consiste na agressão à dignidade humana, não basta contrariedade, desconforto, mágoa, irritação ou aborrecimento para sua configuração, sob pena de sua banalização. O sentimento pessoal passível de indenização refogue à normalidade, causando especial sofrimento, vexame, humilhação e alteração efetiva do equilíbrio emocional da pessoa, tendo-se por paradigma não o homem insensível, mas também não o de extrema sensibilidade (cfr. TJRJ, Ap. Civ. nº 8.218/95).

O art. 5º, V e X, da Constituição Federal, expressamente previu o direito à reparação por dano dessa natureza, estando ou não associada à indenização pelo material, em casos como o focado. Além disso, de acordo com o art. 374, I, do diploma processual, independem de prova os fatos notórios; e esse preceito tem aplicação à espécie, dispensando a autora da prova de que experimentou



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª Câmara

10

lesão a direito com a morte repentina de sua mãe. Só a dor da perda do ente querido é o bastante para configurar o dano moral experimentado. O fato de a autora não residir com a mãe não minora a dor com a perda sofrida.

Presente, portanto, o injusto e grave sofrimento imposto pela ré à promovente, configurando o dano moral de que trata o legislador constitucional, fazendo possível e necessária sua indenização.

É oportuno lembrar que a indenização por dano moral tem caráter dúplice: serve de consolo ao sofrimento experimentado pelo ofendido e tem cunho educativo ao causador do dano, com a finalidade de que aja de modo a evitar novas vítimas e ocorrências semelhantes. Não pode ser fonte de enriquecimento de um, mas também não pode ser tão irrisória que não provoque qualquer esforço ao devedor para adimpli-lo.

Nesse passo, configurado o dano moral, resta ao juízo perquirir qual a sua extensão, para então fixar o *quantum* indenizatório. Destarte, à míngua de uma legislação tarifada, deve o juiz socorrer-se dos consagrados princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de modo que a quantificação não seja ínfima, a ponto de não se prestar ao desiderato de desestímulo dos atos ilícitos e indesejáveis. Ao mesmo tempo, não pode ser tão elevada, que implique enriquecimento sem causa.

No presente caso, considero que o valor arbitrado a título de dano moral foi excessivo. Assim, reduzo o valor da indenização para R\$ 70.000,00, por bem se amoldar à hipótese *sub judice*,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
Seção de Direito Privado
31ª Câmara

11

mantidos os consectários impostos na r. sentença, ou seja, correção monetária da data da sentença até a do efetivo pagamento pela tabela prática do TJ/SP e juros de 1% ao mês, contados da citação.

Em razão do trabalho adicional em grau recursal e com o parcial êxito do recurso, arbitro honorários advocatícios de 10% (dez por cento) do proveito econômico obtido em favor do patrono do apelante e arbitro honorários advocatícios do patrono da apelada de 20% do valor da condenação imposta em segundo grau, com fundamento no art. 85, §§ 2º e 11, do CPC.

Ante todo o exposto, pelo meu voto, **dou parcial provimento** ao recurso para reduzir o valor da condenação para R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, bem como o resultado do julgamento, com fundamento no art. 85, §§ 2º e 11, do CPC, arbitro honorários advocatícios de 10% (dez por cento) do proveito econômico obtido em favor do patrono da apelante (diferença entre o valor da condenação na sentença e a fixada neste julgado) e arbitro honorários advocatícios ao patrono da apelada de 20% (vinte por cento) do valor da condenação imposta em segundo grau, observada a gratuidade concedida.

Assinatura Eletrônica
ADILSON DE ARAUJO
Relator